

PENSAMENTO “DEBRUÇADO” E INTELLECTUALIDADES NEGRAS

Jamile Borges da Silva¹

RESUMO

Este artigo objetiva tratar dos desdobramentos que envolveram a tensão entre lugar de fala e direito ao consumo de metodologias e categorias de análise no mercado epistêmico a partir da contenda disparada por um artigo sobre representatividade negra.

*

Ser uma intelectual negra

Sem dúvida, esse é um momento de grande densidade teórica em torno do que significa ser intelectual negro/negra. Estamos todos produzindo no calor da hora, haja vista o número de textos que se produziu a partir da coluna para o jornal Folha de São Paulo² da historiadora e escritora Lillia Schwartz sobre Black is King, filme-álbum lançado pela artista negra estadunidense Beyoncé³. Só para ilustrar essa conversa, identifiquei cinco textos com os quais interagi intelectualmente e internamente – aqui não buscarei contra-argumentar estes artigos, mas tomá-los como pedra de impulso, tal qual o jogo de amarelinha – para refletir sobre as possibilidades discursivas em torno da fala posicionada do lugar de intelectual negra.

Os artigos a que me refiro foram: Cancelando a antropóloga branca: o mercado epistêmico e o vale-tudo das suas lutas concorrenciais, do professor da UFBA Wilson Gomes⁴; o segundo artigo foi escrito pela

¹ Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail jamile.ufba@gmail.com

² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha**. Folha de São Paulo, 02 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-ocinha.shtml>> Acesso: em 17 de ago. de 2020.

³ BLACK IS KING, a film by Beyoncé. **Walt Disney Studios**, Lançado em 31 de julho de 2020.

⁴ GOMES, W. **Cancelando a antropóloga branca**, por Wilson Gomes. O cafezinho, 05 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.ocafezinho.com/2020/08/05/cancelando-antropologa-branca-wilson-gomes/>> Acesso: em 17 de ago. de 2020.

psicanalista Maria Rita Kehl, intitulado Lugar de “cale-se”!⁵; o terceiro artigo foi do professor da UFMG Cristiano Rodrigues, com o título provocativo: Pode o cancelado cancelar?⁶ ; o próximo texto, publicado também na Folha de São Paulo, foi da jornalista Rosane Borges ao retrucar a historiadora com um artigo que dizia: Erro de Lilia Schwarcz foi evitar confrontação de ideias para não ofender “elo frágil”⁷ ; e, por fim, o texto da professora da UFRJ Ivana Bentes, Nós, os brancos, e a nova partilha discursiva, publicado na prestigiada Revista Cult⁸.

Esse volume de textos, publicados no espaço de uma semana após o artigo disparador dessa contenda, mostra que a centralidade discursiva vai alterando a paisagem mais vertical das arquiteturas epistemológicas e horizontaliza as reflexões em torno de categorias em disputa. Em última instância, é sobre isso que se funda a universidade, sobretudo as ocidentais: a disputa pelo controle da arquitetura teórica e da centralidade de conceitos que vão estruturar o mundo moderno. As redes sociais e ademais a pandemia, promoveram/provocaram uma espécie de horizontalização “forçada” que tem balançado e chacoalhado o edifício epistêmico da colonialidade – modernidade-patriarcal. É claro que isso também aponta desafios e problemas.

Então, eu quero refletir sobre um tema tão sensível – mais adiante vou retomar esse conceito – dizendo primeiro o que eu não vou fazer, e depois tomar aqui dois pequenos relatos ilustrativos para essa conversa.

Quanto ao que eu não vou fazer: não vou traçar mapas ou infográficos quanto a presença negra nas universidades e nossa ausência em cargos de direção porque há farto material sobre o assunto em dados e estatísticas que, não fosse por esse trabalho exaustivo e quantitativo, bastaria uma rápida mirada em nossas academias para ver o óbvio: estamos sub-representadas e desvalorizadas do ponto de vista da distribuição de recursos e privilégios.

Também não vou tratar da condição da adoção/contestação das

5 KEHL, Maria R. **Lugar de “cale-se”!**, por Maria Rita Kehl. Racismo Ambiental, 11 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/08/11/lugar-de-cale-se-por-maria-rita-kehl/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2020.

6 RODRIGUES, C. **Pode o cancelado cancelar?** Gama Revista, 11 de agosto de 2020. Disponível em: <https://gamarevista.com.br/sociedade/pode-o-cancelado-cancelar/?utm_medium=TWITTER&utm_source=Social&utm_campaign=LivreGama>. Acesso em: 17 de ago. de 2020.

7 BORGES, Rosane. **Erro de Lilia Schwarcz foi evitar confrontação de ideias para não ofender “elo frágil”**. Folha de São Paulo, 15 de agosto de 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/erro-de-lilia-schwarcz-foi-evitar-confrontacao-de-ideias-para-nao-ofender-elo-fragil.shtml>>. Acesso em: 17 de ago. de 2020.

8 BENTES, I. **Nós, os brancos, e a nova partilha discursiva**. Revista Cult, 12 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/nos-os-brancos-e-a-nova-partilha-discursiva/>>. Acesso em: 17 de ago. de 2020.

ações afirmativas e seus desdobramentos em um contexto de avanço do conservadorismo, porque também o material que se apresenta nas mídias impressas e on-line, tanto quanto as tragédias anunciadas nas redes sociais e nos canais oficiais do país, já dão conta de revelar o estado de coisas a que estamos todos e todas submetidos.

Do que eu vou tratar então? Pretendo instigar algumas tensões e problematizar temas que circunscrevem nosso modo de existir e habitar a cena contemporânea.

Busco refletir a partir da gramática racial produzida sobre nós, nossos corpos, nossas falas, nossas presenças e pertencas, nossas ausências, considerando o volume de textos, narrativas e disputas por aquilo a que Gomes (2020) chamou de “mercado epistêmico” e que eu tenho chamado de “disputa de narrativas”.

O primeiro relato que trago é uma referência ao texto de André João Antonil, chamado *Cultura e Opulência do Brasil*⁹, de 1711, que dizia: “O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas” (ANTONIL, 1711). O segundo relato é contado pela antropóloga negra norte-americana Angela Gilliam (1995)¹⁰ que, na década de 1990, chegando para fazer pesquisa no Brasil sugeriu a uma amiga – brasileira – que talvez fosse hora de ter um acadêmico ligado aos povos indígenas no Brasil com espaço na universidade para que eles mesmos ensinassem sobre as culturas autóctones. A pessoa respondeu a ela o seguinte: “se um índio faz Antropologia não é mais Antropologia”.

O que esses dois relatos têm em comum? Uma percepção do Brasil a partir de dentro e de fora. Do Brasil que nos acostumamos a conhecer a partir da leitura de intelectuais brancos, anglo-saxões, ocidentais, que traçaram um mapa a seu próprio gosto do que esperar dos povos autóctones e das populações africanas e suas diásporas.

Panorama que foi combatido por intelectuais como Lélia Gonzalez¹¹ (1988) ao promover a crítica ao método tradicional dos modos de produção do conhecimento branco-hétero-patriarcal na academia; ao sugerir a assunção de uma outra linguagem, o pretoguês; da crítica à

9 ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 1711. Col. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.pdf> Acesso em: 17 de ago. de 2020.

10 GILLIAM, A. e ONIK'A. Negociando a subjetividade da mulata no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v.3 n.2, p.525-543, 1995.

11 GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

“democracia racial brasileira”; da reafirmação e resgate do conceito de Amefricanidade, recolocando nosso lugar na diáspora em contextos mais amplos ao compreender a dimensão do significante “Tornar-se Negra”; e da afirmação dos dispositivos do racismo e do sexismo como eixos estruturantes para fabricação da ideia de nação brasileira, construindo ferramentas analíticas para seu combate.

Como antropóloga, sei que a herança intelectual nas nossas academias ainda tão preche de epistemologias, cuja força reside no alijamento/apagamento de nossas marcas – historiográficas, discursivas e corporais –, faz com que a gente opere em um espaço em que os porta-vozes dos dilemas e soluções para as grandes crises da modernidade-colonialidade sejam as mesmas pessoas (ou seus descendentes) que ajudaram a erguer o edifício do empreendimento colonial.

Isto resulta em dois tipos de situações: a) a primeira, é que parte desses/dessas intelectuais acabam por se posicionar na condição de definir o que/quais são os objetos válidos para investigar na academia; b) a segunda, é fazer com que intelectuais negras vivam permanentemente à margem dos espaços representacionais povoados por aqueles que buscam ser “a voz” dos que falam baixo, em lugar de promover a escuta qualificada daqueles a quem desejam considerar seus pares intelectuais.

Estamos assistindo hoje – ao menos nas últimas semanas – uma espécie de crise na relação entre os intelectuais brancos e brancas e seus “sujeitos-objetos” de pesquisa, que, à certa altura, resolveram reivindicar o bastão da fala, assustando aqueles que, do lugar de potenciais parceiros, rapidamente se converteram em párias. De corpos-aliados a corpos-máquina de opressão discursiva.

Nessa usina semiúrgica – para lembrar um conceito da micropolítica de Guattari (1996) –, a fabricação de signos circula na mesma velocidade dos estereótipos e da desqualificação da fala, de um lado e de outro.

Da descoberta tardia de que podemos/devemos ser porta-vozes de nós mesmos ao entendimento da encruzilhada interseccional – avenidas identitárias em que etnicidade, raça, classe e gênero se encontram e se chocam num movimento que chacoalhou o lugar das universidades como guardiãs da “autenticidade” das expressões culturais e da razão única –, seguimos numa marcha que tende, a meu ver, a produzir deslocamentos em duas direções.

De um lado, no caso das universidades, é hora de desprovincializar o olhar a respeito de temas como as relações etnicorraciais, fazendo com que o discurso hegemônico sobre a construção de nossas identidades deixe de ser menos centrado na universalização das agendas e interesses dos países anglo-saxônicos. De outro lado, a circulação e intercâmbio de pesquisadores do universo afro-brasileiro, afro-latino e africanos – e entre estes e os pesquisadores em outras áreas do Atlântico negro – começam a estimular novas áreas de investigação, novos temas e problemas, ao tempo em que recuperam e redefinem categorias e contextos que dávamos por definidos.

Nesse debate, que ainda não cessou, podemos perceber muitas leituras cujos elementos comuns parecem ser os novos termos responsáveis pela próxima onda teórico-metodológica no campo dos estudos antirracistas: cancelamento, partilha discursiva, mercado epistêmico, lugar de cala e lugar de fala, escuta sensível, sequestro da voz, branquitudes posicionadas, legitimidade por afinidades eletivas, entre outras que certamente emergirão.

A relevância acadêmica e a necessidade desse debate respondem, em parte, a quatro razões que se relacionam: 1) a carência de produção teórica de mulheres negras em oposição ao modelo hegemônico de masculinidade branca; 2) a configuração da ação política dos novos grupos – coletivos que emergem nas periferias, antifascistas e antirracistas (também, em geral liderados por mulheres); 3) a necessidade política de conhecer, documentar e mapear as mudanças e rupturas no perfil dos movimentos negros afro-latinos; e 4) o compromisso político de conhecer e divulgar as múltiplas formas pelas quais podemos resistir e seguir produzindo nas universidades, mas também em espaços corporativos.

Esse é um dos muitos desafios de ser intelectual negra. Como produzir a partilha do sensível e, ao mesmo tempo, se afirmar no jogo da política discursiva, nesse esporte de combate que é fazer ciência, lembrando P. Bourdieu¹² quando dizia: “a sociologia é um esporte de combate”. Como honrar as nossas memórias sem apaziguar a condição da crítica – e por que não dizer, da autocrítica?

12 CARLES, Pierre (Diretor). **A sociologia é um esporte de combate**. Entrevista com Pierre Bourdieu. França, 2011. Gênero: Documentário, Duração: 139 minutos.

Pensamento debruçado

Falar das memórias e histórias que evocam a sobrevivência transatlântica dos povos negros na diáspora parece se enquadrar naquilo a que Rancière (2009) chamou de partilha do sensível e que, no campo das reflexões da museologia, chamamos também de “patrimônio sensível”¹³. Isto é, um modo ético de lidar com as memórias daqueles que foram submetidos a dores e perdas irreparáveis, eventos traumáticos e dolorosos.

Daí porque cada texto, artigo, livro ou matéria jornalística que intente discutir elementos constitutivos da herança colonial desse país precisa pensar debruçado como propõe Didi-Huberman (2015).

E o que significa pensar debruçado? É tornar inteligível a experiência sensível. É conhecer reconhecendo os limites e os perigos do saber-poder. Pensar para se aproximar e se aproximar para conhecer. Debruçar para rememorar e para entender as nossas dores. Especialmente quando essas dores resultam no patrimônio sensível. “É preciso respeitar a originalidade do sofrimento sem apaziguá-lo” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.19)

Por fim, resta interrogar: como performar práticas e gestos decoloniais sem incorporar à nossa luta os corpos aliados?

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Col. Biblioteca Nacional, Obras Raras, 1711. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.pdf> Acesso em: 17 de ago. de 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. **Pensar Debruçado**, trad. V. Brito, KKYM, 2015.

GILLIAM, A. e ONIK’A. Negociando a subjetividade da mulata no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v.3 n.2, p.525-543, 1995.

¹³ São considerados sítios de patrimônio sensível: a Ilha de Gorée, no Senegal; a Catedral da Bomba Atômica de Hiroshima; os campos de concentração de Auschwitz e Birkenau; Robben Island, local da prisão de Nelson Mandela; o Cais do Valongo no Rio de Janeiro e a região de Bento Rodrigues, distrito que foi atingido pela tragédia socioambiental de Mariana após o rompimento da barragem da mineradora Samarco, no Vale do Rio Doce, em 2015.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GUATTARI, F e ROLNIK S. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. 4ª. Edição. VOZES. Petrópolis, 1996.

RANCIÈRE J. **A partilha do Sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.